

LISE VOGEL

MARXISMO E A
OPRESSÃO ÀS MULHERES:
RUMO A UMA TEORIA UNITÁRIA

TRADUÇÃO:

Equipe de Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS): Camila Carduz Rocha, Carla Benitez, Clara Saraiva, Gabriela Azevedo, Lívia de Cássia Godoi Moraes, Mariana Shinohara Roncato, Patrícia Cotta, Patrícia Rocha Lemos, Rhaysa Ruas

1ª edição

EXPRESSÃO POPULAR

São Paulo - 2022

Copyright © 2022, by Editora Expressão Popular Ltda.

Traduzido de: Vogel, Lise. *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*. New introduction by Susan Ferguson and David McNally. Leiden/Boston: Brill, 2013.

Primeira publicação: 1983, EUA, Rutgers University Press.

Tradução: Equipe de Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS): Camila Carduz Rocha, Carla Benitez, Clara Saraiva, Gabriela Azevedo, Lívia de Cássia Godoi Moraes, Mariana Shinohara Roncato, Patrícia Cotta, Patrícia Rocha Lemos e Rhaysa Ruas

Produção editorial: Lia Urbini

Revisão de tradução: Rhaysa Ruas, Camila Carduz Rocha e Aline Piva

Revisão: Lia Urbini e Cecília da Silveira Luedemann

Projeto gráfico, capa e diagramação: Zap Design

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

V878m	Vogel, Lise Marxismo e a opressão às mulheres: rumo a uma teoria unitária / Lise Vogel ; tradução da Equipe de Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS): Camila Carduz Rocha... [et al.] -- 1.ed. -- São Paulo : Expressão Popular, 2022. 455 p.
	Tradução de: Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory . ISBN 978-65-5891-079-4
	1. Marxismo feminista. 2. Opressão às mulheres. 3. Feminismo socialista. 4. Libertação das mulheres. 5. Trabalho doméstico. 6. Mulheres e comunismo. 7. Marx, Karl, 1818-1883. 8. Engels, Friedrich, 1820-1895. I. Rocha, Camila Carduz. II. Título.
	CDU 335.4:396 CDD 335.4082

Elaborada pela bibliotecária: Eliane M. S. Jovanovich - CRB 9/1250

Todos os direitos reservados.

Nenhuma parte desse livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a autorização da editora.

1ª edição: novembro de 2022

EDITORA EXPRESSÃO POPULAR

Rua Abolição, 197 – Bela Vista

CEP 01319-010 – São Paulo – SP

Tel: (11) 3112-0941 / 3105-9500

livraria@expressaopopular.com.br

www.expressaopopular.com.br

 ed.expressaopopular

 editoraexpressaopopular

SUMÁRIO

Nota editorial.....	9
Apresentação das tradutoras.....	11
<i>Equipe de Tradução do Grupo de Estudos sobre Teoria da Reprodução Social (GE-TRS)</i>	
Capital, força de trabalho e relações de gênero: Introdução de <i>Marxismo e a opressão às mulheres</i> na série Historical Materialism	55
<i>Susan Ferguson e David McNally</i>	
Agradecimentos.....	95
Prefácio à edição de 1983	97
Prefácio à edição brasileira.....	101
1 – Introdução	105

PARTE 1 – FEMINISMO SOCIALISTA

2 – Uma década de debate.....	123
3 – Feminismo socialista e a Questão da Mulher	151

PARTE 2 – MARX E ENGELS

4 – Primeiras abordagens.....	167
5 – Marx: os anos de maturidade.....	191
6 – Engels: uma formulação inadequada.....	221

PARTE 3 – O MOVIMENTO SOCIALISTA

7 – A Segunda Internacional	255
8 – Rumo à revolução.....	273

PARTE 4 – DA QUESTÃO DA MULHER À LIBERTAÇÃO DAS MULHERES

9 – Um duplo legado	307
10 – A reprodução da força de trabalho	321
11 – Para além do trabalho doméstico	347

Apêndice: Trabalho doméstico revisitado	391
---	-----

Referências	419
Índice Remissivo	441

CAPITAL, FORÇA DE TRABALHO E RELAÇÕES DE GÊNERO: INTRODUÇÃO À EDIÇÃO DE *MARXISMO E A OPRESSÃO ÀS MULHERES* NA SÉRIE HISTORICAL MATERIALISM

SUSAN FERGUSON E DAVID MCNALLY

Todo livro tem sua própria história. Enquanto alguns alçam grandes voos em uma onda de aclamação pública e sucesso, outros rapidamente mergulham na obscuridade. Há ainda aqueles que vivem uma existência em larga medida pouco conhecida e seguem vivos graças aos esforços de pequenos grupos de dedicados seguidores, que o divulgam desafiando um grande silêncio. A história de *Marxismo e a opressão às mulheres: rumo à uma teoria unitária*, de Lise Vogel, pertence ao último caso. Publicada pela primeira vez em 1983, a obra de Vogel surgiu em um momento de profunda desorganização do movimento feminista-socialista que havia moldado os próprios termos de referência do livro. Debilitado pelas marteladas do neoliberalismo na esfera política e da teoria pós-moderna no âmbito intelectual, e profundamente desorientado pelo recuo dos movimentos socialista, da classe trabalhadora e de mulheres, o feminismo socialista se agarrou a uma existência precária, às margens da vida intelectual e política. Uma década antes, um livro como o de Vogel teria se tornado um para-raios de discussões e debates enérgicos. Em meados dos anos 1980, ele quase não figurou no radar cultural.

Entretanto, a originalidade do texto de Vogel ajudou a nutrir sua sobrevivência fora desse radar, garantindo que ele não desaparecesse completamente. Apesar de seu momento desfavorável, teóricos e militantes marxistas e feministas-socialistas (os presentes autores entre eles), individualmente, o divulgaram, direcionando os leitores para aquela que é, possivelmente, a mais sofisticada intervenção marxista nos debates teóricos lançados pelo feminismo socialista. E hoje, em meio a um ressurgimento da luta anticapitalista e de um pequeno renascimento do pensamento marxista e radical, sua republicação parece oportuna e contundente. Há, afinal, uma crescente demanda por trabalhos teóricos que integrem explicações de diferentes formas de opressão em uma análise anticapitalista abrangente. Neste sentido, as principais linhas de argumentação estabelecidas em *Marxismo e a opressão às mulheres* apresentam recursos indispensáveis para o desenvolvimento rigoroso de teorizações materialistas-históricas do capitalismo e da opressão às mulheres.

Antes de mais nada, *Marxismo e a opressão às mulheres* distingue-se pelo fato de que *O capital* de Marx (volume I) constitui seu ponto de partida teórico. De fato, muitas feministas socialistas já haviam empregado textos marxistas para fins analíticos. Geralmente, no entanto, trabalhos como *A ideologia alemã* ou *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* de Engels constituíram suas principais referências. De tais textos, as teóricas derivavam compromissos gerais com um foco na produção e reprodução social da vida material. Mas as autoras raramente se engajaram com o lugar da interpretação madura de Marx sobre o modo de produção capitalista, encontrado na maior obra de sua vida, *O capital*. No entanto, como Vogel reconhece, qualquer explicação marxista séria da opressão às mulheres na sociedade capitalista é obrigada a levar em conta as

categorias teóricas centrais desse imponente trabalho. Dito de maneira simples, o procedimento crítico de Marx em *O capital* revelou uma série de conceitos relacionados – a mercadoria, o valor, o dinheiro, o capital, a força de trabalho, a mais-valia e assim por diante – que foram concebidos para iluminar os profundos processos estruturais por meio dos quais o modo de produção capitalista se reproduz. Então, enquanto compromissos materialistas em geral são louváveis, as teorizações materialistas-históricas específicas desenvolvidas ao longo d’*O capital* nos levam a um nível notavelmente mais alto de clareza conceitual. Ao levantar o problema da opressão às mulheres no contexto do quadro categorial d’*O capital*, e ao fazê-lo não apenas de uma forma *ad hoc*, Vogel abriu uma nova direção para a pesquisa feminista-socialista. E, ainda que seu texto não seja, de forma alguma, totalmente bem-sucedido nesse sentido, suas realizações são, contudo, consideráveis. Para visualizar isso, precisamos realizar uma breve excursão pelo campo da teorização feminista-socialista de uma década e meia antes do aparecimento de *Marxismo e a opressão às mulheres*.

Feminismo socialista: trabalho doméstico, teoria pós-moderna e reprodução social

Ao longo da década de 1970, o feminismo socialista se desenvolveu como uma corrente política e teórica bem delimitada e sustentada por um vigoroso projeto de pesquisa. As feministas socialistas estavam, em grande medida, unidas por um compromisso com a compreensão de que a opressão às mulheres estava fundada nas relações sociomateriais intrínsecas ao capitalismo, em vez de serem simples produtos de atitudes, ideologias e comportamentos. Para tanto, voltaram-se para abordagens teóricas associadas à concepção materialista de história de Marx.

Uma maneira crucial na qual o marxismo se diferencia das teorias “burguesas” da sociedade é o seu compromisso com o materialismo ou, para sermos mais precisos, o seu compromisso com a teoria fundamentada nas práticas humanas corporificadas, por meio das quais a vida sociomaterial é produzida e reproduzida. Ser marxista é se aprofundar no âmbito das relações concretas e historicamente construídas entre pessoas e coisas, e apresentar os padrões, regras e contradições descobertos nesse âmbito como explicações críticas do social. E foi a confiança nesta abordagem que inspirou a rica e inovadora literatura feminista-marxista dos anos 1960 e 1970, um conjunto de obras que se desenvolveu em diálogo com as ideias cada vez mais radicais da esquerda do movimento contemporâneo de mulheres.¹ Surgido no final da década de 1960, o Debate sobre o Trabalho Doméstico cristalizou a busca por localizar os fundamentos sociomateriais da opressão às mulheres nos termos e conceitos da Economia Política marxiana.

Esse Debate – os problemas que se propõe a explorar, os caminhos pelos quais levou os leitores e o posterior colapso do seu quadro analítico – prepara a cena para *Marxismo e a opressão às mulheres*. Embora Vogel reconstrua seus contornos com algum detalhamento nos capítulos dois e nove, vale a pena nos determos um momento, aqui, para resumir os objetivos e a trajetória desse Debate.

Diversas correntes feministas já haviam identificado a unidade doméstica [*household*] como um local de opressão às mulheres e algumas haviam relacionado vagamente a esfera

¹ Ainda que não haja nenhuma linha fixa e pragmática diferenciando o feminismo socialista do feminismo marxista, este último tendia a se identificar explicitamente com o materialismo histórico e com a crítica da Economia Política de Marx. Esse é o sentido em que usamos o termo.

doméstica com o âmbito da produção. Mas foi apenas a partir de 1969, com a publicação do artigo “The Political Economy of Women’s Liberation” [“A economia política da libertação das mulheres”], de Margaret Benston, que o trabalho que as mulheres executam no interior da unidade doméstica se tornou um tema de indagação crítica. A originalidade de Benston reside em propor uma compreensão desse trabalho como *trabalho produtivo* – um processo ou conjunto de atividades das quais depende a reprodução da sociedade (capitalista) como um todo.² De forma simples: sem trabalho doméstico, os trabalhadores não podem se reproduzir e, sem trabalhadores, o capital não pode ser reproduzido.

Não se pode subestimar a importância deste simples movimento. A formulação de Benston introduziu um quadro analítico no qual se podem situar as experiências que as feministas de uma geração anterior, como Simone de Beauvoir e Betty Friedan, só puderam descrever. Intuindo o poder desse quadro, as feministas socialistas começaram, ao longo da década seguinte, a teorizar o trabalho doméstico como parte integrante do modo de produção capitalista. Dentro e por meio das páginas dos periódicos *Radical America*, *New Left Review*, *Review of Radical Political Economics*, *Cambridge Journal of Economics*, *Bulletin of the Conference of Socialist Economists*, entre outros, elas puseram à prova os conceitos marxistas de valor de uso e valor de troca, força de trabalho e classe, para identificar o que tais conceitos podiam revelar sobre o significado político-econômico das mundanas tarefas

² Havia ali, no entanto, uma evidente ambiguidade: o trabalho doméstico é uma atividade produtiva humana indispensável à vida social ou é também produtora direta de capital? A discordância nessa questão gerou um debate feminista-socialista crucial.

domésticas, desde lavar pratos e preparar refeições até vestir e criar crianças.

Dois questões fundamentais e relacionadas surgiram: o trabalho doméstico produz (mais-)valia? O trabalho doméstico constitui um modo de produção em si mesmo, distinto do modo capitalista? Vogel rastreia os esforços de Benston, Peggy Morton e Mariarosa Dalla Costa para resolver essas questões, mostrando como suas contribuições conduziram às seguintes respostas: “Não”, o trabalho doméstico produz valor de uso, não valor de troca, e, portanto, não produz mais-valia diretamente; além disso, “possivelmente”, o trabalho doméstico é um modo de produção próprio, que opera de acordo com uma lógica distinta, pré ou não capitalista.

Assim, se o Debate sobre o Trabalho Doméstico chamou a atenção para o potencial de uma análise político-econômica marxiana da opressão às mulheres, suas conclusões também pareciam realçar seus claros limites. Em 1979, Maxine Molyneux e Heidi Hartmann, em dois artigos diferentes (publicados na *New Left Review* e na *Capital and Class*, respectivamente) propuseram avaliações rigorosas desses limites. Citando seu reducionismo econômico, funcionalismo e a confusão entre os níveis de análise, declararam que o Debate sobre o Trabalho Doméstico era um debate moribundo. À época, poucos teóricos discordaram. Ainda que não descartando totalmente o marxismo, os críticos questionaram a capacidade da Economia Política Marxiana oferecer algo além de uma compreensão limitada da opressão às mulheres. Efetivamente, chamando o marxismo de “indiferente em relação ao sexo”. Hartmann defendeu que uma “análise especificamente feminista”, uma teoria do patriarcado, deveria suplementá-la. O “casamento”, ou uma união mais esperançosa, do marxismo com o feminismo tinha acabado; uma “nova direção para a

análise feminista marxista” só poderia ser desenvolvida se os dois movimentos – cada um com objetivos de certa forma diferentes e, às vezes, contraditórios – conseguissem aprender a coabitar respeitosamente (Luxton, 2006, p. 2-3).

Apesar de o artigo de Hartmann ter tornado explícito o chamado para uma abordagem dualista³ (uma abordagem socialista e feminista, em vez de feminista-socialista), o fato é que muitas feministas socialistas (incluindo as participantes do Debate sobre o Trabalho Doméstico) já estavam fazendo suas análises nesses termos. Mas, como atestam as contribuições para uma compilação de artigos de 1981 em resposta a Hartmann, *Women & Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism* [*Mulheres e Revolução: uma discussão sobre o casamento infeliz entre marxismo e feminismo*], a perspectiva dualista era também profundamente falha. Segundo as críticas, a teoria dos sistemas duplos era incapaz de teorizar adequadamente a base lógica para a existência de apenas duas esferas distintas (“onde se encaixariam racismo e heterossexismo nesse esquema?”, perguntavam-se); tampouco podia explicar convincentemente a natureza da interconexão entre patriarcado e capitalismo. Iris Young sugeriu que esses problemas evidenciavam uma evasão metodológica fundamental:

³ A expressão “dual-systems theory” (e suas variações como “dual-systems approach”) tem sido traduzida no Brasil de diversas formas: Teoria dos Dois Sistemas, Teoria dos Sistemas Duais, Teoria Dualista, Teoria dos Sistemas Duplos, etc. Optamos nesta edição pela última por entendermos que é a que melhor traduz o sentido dado pela teoria unitária, tendo sido adotada por diversas estudiosas do tema no Brasil e na maior parte das traduções já existentes de textos de autoras vinculadas à Teoria da Reprodução Social. Apesar da nossa opção editorial, acreditamos que todas as traduções aqui mencionadas estão corretas e podem ser utilizadas alternativamente como sinônimas, sem prejuízo de seu significado. (N.T).

A teoria dos sistemas duplos permite que o marxismo tradicional mantenha a sua teoria das relações de produção, mudança histórica e análise da estrutura do capitalismo de forma basicamente inalterada [...] [tratando] a questão da opressão às mulheres como um mero aditivo às principais questões do marxismo. (Young, 1981, p. 49)

A solução, ela continuava, seria desenvolver:

uma teoria das relações de produção e das relações sociais que delas derive e as reforce, que tenha as relações de gênero e a situação das mulheres como elementos *centrais*. Em vez de se casar com o marxismo, o feminismo deve assumir o marxismo e transformá-lo nessa teoria. Devemos desenvolver um quadro analítico que considere as relações sociais materiais de uma formação social histórica particular como um sistema único no qual a diferenciação de gênero é um atributo central (Young, 1981, p. 50).

Ainda que sua própria proposta sobre como alcançar tal teoria *unitária* da opressão às mulheres decepcione⁴ (por se basear em uma análise da divisão do trabalho), a noção de que as próprias categorias do marxismo poderiam ser reformuladas por meio de uma lente feminista, e de que uma análise das relações de gênero pudesse ser integrada em uma “teoria das relações de produção” abrangente, abriu uma linha de investigação significativamente nova.

No entanto, a proposta de Young chegou em um momento desfavorável. O surgimento do neoliberalismo, que, por questões de conveniência, podemos datar a partir das eleições de Margaret Thatcher e Ronald Reagan em 1979 e 1980, respectivamente, correspondeu a um novo período de recuo social para a esquerda, no qual os ganhos anteriores dos movimentos social e trabalhista foram agressivamente rever-

⁴ Como aponta Vogel, a análise de Young, em última instância, “ameaça recriar o próprio dualismo que deseja evitar”. Ver Vogel (1983, p. 192, n. 4).

tidos. Desorientados por um período de retrocesso, muitos grupos militantes voltaram seus olhares para dentro, enquanto lutavam para resolver os desafios político-organizativos que as políticas antirracistas e *queer* colocavam para sua presumida unidade e identidade. O retrocesso político também induziu deserções e reorientações teóricas. O compromisso com políticas emancipatórias e revolucionárias parecia agora cada vez mais ultrapassado, alheio à fragmentação social e à cultura do consumismo que eram a marca de uma era pretensamente nova. O momento era propício, portanto, para a negação das “grandes narrativas”, marca da teoria pós-moderna e pós-estruturalista. Um culto ao particular tornou-se a ordem do dia, o esforço por teorias unitárias de qualquer tipo era levemente dispensado como um objetivo pitoresco de “modernistas” fossilizados.

O feminismo socialista também se curvou sob os ventos dessa mudança política e intelectual. A análise de Michele Barret sobre o patriarcado como *ideologia* – um poderoso conjunto de ideias pré-capitalistas capaz de resistir ao verdadeiro impulso equalizador que caracteriza o capitalismo – foi crucial nesse aspecto.⁵ O marxismo althusseriano de Barret parecia uma correção adequada para os modelos excessivamente mecanicistas que informavam as abordagens prévias do feminismo socialista. Mas também alimentou (e, pode-se argumentar, foi engolido por) abordagens pós-estruturalistas e pós-modernas, que deslocaram a própria orientação materialista da teoria social que havia distinguido as discussões feministas-socialistas sobre o trabalho doméstico. Rapidamente capturadas por uma onda pós-estruturalista de teoria altamente abstrata, as feministas de esquerda na academia frequentemente pareciam

⁵ Para uma crítica da historiografia de Barret, ver Brenner e Ramas (1984).

irrelevantes para aquelas que continuaram a lutar em seus locais de trabalho e comunidades por direitos e liberdades feministas. No entanto, círculos militantes também testemunharam um brusco afastamento do marxismo, à medida que diversas políticas de identidade tomaram a frente. Neste contexto, tornou-se quase axiomático, para teóricos e militantes, rejeitar o marxismo em geral – e a economia política marxiana em particular – como um quadro explicativo ultrapassado, irremediavelmente reducionista, inadequado para a construção de uma teoria abrangente da opressão às mulheres. Ao mesmo tempo, os poucos grupos de extrema-esquerda que insistiam no contrário, com frequência defendiam antigas ortodoxias, mostrando uma indisposição para reconhecer que o materialismo histórico precisava reavaliar sua análise da opressão às mulheres na sociedade capitalista.

No entanto, houve algumas exceções importantes, particularmente entre quem continuou a se envolver com a Economia Política marxiana por meio de uma perspectiva da “reprodução social”. De fato, é justo dizer que a corrente especificamente feminista-marxista dentro do feminismo socialista tendia cada vez mais em direção a um quadro analítico da reprodução social, em vez de focar no trabalho doméstico *per se*. Certamente, o feminismo da reprodução social adere significativamente ao espírito do apelo de Young, que compartilha a premissa de que a opressão às mulheres sob o capitalismo pode ser explicada em termos de uma perspectiva unitária, materialista. No entanto, em vez de localizar a base desse modelo na divisão generificada do trabalho (como fez Young), essa corrente toma a produção e a reprodução diária e geracional da força de trabalho como ponto de partida.

Marxismo e a opressão às mulheres foi uma das primeiras contribuições para a construção dessa abordagem. Por volta

da mesma época, outras feministas socialistas, majoritariamente canadenses, iam na mesma direção de Lise Vogel, mas seu livro é a elaboração teórica pioneira mais robusta e fundamentada dessa problemática baseada na arquitetura conceitual d'*O capital* de Marx.⁶ Embora, como reconhece Vogel, esta abordagem não pretenda explicar todos os aspectos sobre como a opressão às mulheres é vivida sob o capitalismo, ela estabelece uma base sociomaterial firme para a compreensão dessa opressão (Vogel, 1983, p. 138). Assim, recupera o feminismo socialista de uma obstinada preocupação com ideias e discurso, evitando, ao mesmo tempo, as dificuldades metodológicas do Debate sobre o Trabalho Doméstico e da teoria dos sistemas duplos. Ao fazê-lo, define os parâmetros de uma teoria da opressão às mulheres sob o capitalismo que aspira a ser tanto materialista quanto histórica.

Reconstruindo Marx: teorizando a produção e a reprodução da força de trabalho

Marxismo e a opressão às mulheres traz um subtítulo significativo: *rumo à uma teoria unitária*. Esse subtítulo liga o projeto de Vogel à busca feminista-socialista por uma explicação teórica única e integrada tanto da opressão às mulheres quanto do modo de produção capitalista. Em vez de enxertar uma explicação materialista da opressão de gênero na análise de Marx do capitalismo – e incorrer no ecletismo metodológico que contamina a teoria dos sistemas duplos –, Vogel propõe ampliar e expandir o alcance conceitual das principais categorias d'*O capital* para explicar com rigor as raízes da opressão às mulheres. Fazer isso, evidentemente, envolve abordar *O capital*

⁶ Ver em Ferguson (1999) uma resenha de outros trabalhos que exploraram e desenvolveram o paradigma feminista da reprodução social no início dos anos 1980.

de maneira antidoutrinária, acentuando seu espírito crítico-científico enquanto um programa de pesquisa, convidando à extensão e ao desenvolvimento de seus conceitos centrais. A busca de Vogel por uma teoria unitária não faz somente isso, ela também examina ausências teóricas em *O capital*, lugares onde o texto é, em grande parte, silencioso quando não precisaria – na verdade, não deveria – ser.⁷ Desta forma, *Marxismo e a opressão às mulheres* leva as próprias inovações conceituais d'*O capital* a conclusões lógicas que escaparam ao seu autor e a gerações de intérpretes.

Para ver onde Vogel quer chegar, pode ser útil seguir o fluxo da argumentação de Marx em *O capital*, acompanhando os pontos nos quais ele toca naquilo que Vogel identifica como o problema-chave – a reprodução biológica, social e geracional da força de trabalho –, assim como as passagens em que ele fica em silêncio exatamente onde ele deveria ter explorado essa questão crucial.

O capitalismo e sua “mercadoria peculiar”

Um momento crucial na narrativa d'*O capital* se dá quando a mercadoria que sustenta todo o sistema de produção de mais-valia – a força de trabalho humana – aparece. Quando nossos olhos se voltam para essa “mercadoria peculiar” (Marx, 1976, p. 270), podemos discernir uma pista vital dos mistérios do capital: somente quando uma massa enorme de pessoas é expropriada e forçada a entrar no mercado de trabalho em busca de meios de vida, vendendo sua capacidade de trabalhar

⁷ Vogel (1983, p. 62) sugere que as omissões de Marx nesta área derivam de sua tendência a naturalizar uma divisão do trabalho historicamente específica. Isto é, evidentemente, parte da história. Além do mais, como veremos, a visão de Marx pode ter sido enviesada por acreditar que a família da classe trabalhadora estivesse em um estado de desintegração irreversível.

por um salário, é que o processo sistemático da acumulação de capital pode ser iniciado. O capital, em outras palavras, “só surge onde o possuidor de meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre como vendedor de sua força de trabalho no mercado, e esta é uma condição histórica que encerra uma história mundial” (Marx, 1976, p. 274).

Tendo identificado a força de trabalho como o eixo em torno do qual todo o sistema gira, Marx declara que “nós, agora, devemos examinar mais de perto essa mercadoria peculiar, a força de trabalho. Como todas as outras, ela tem um valor. Como esse valor é determinado?” (Marx, 1976, p. 274). Essa questão – sobre como o valor da força de trabalho é determinado – suscitou uma controvérsia significativa nos estudos marxistas, e também preocupou muitas teóricas feministas-socialistas. Porém, se seguirmos Marx muito rapidamente aqui, corremos o risco de não fazer uma pergunta igualmente poderosa – e, para o atual propósito, mais crucial: como essa mercadoria especial é, em si, produzida e reproduzida? Marx percebe que existe uma questão aqui, mas não chega ao seu cerne. A inovação crítica de Vogel consiste em interromper a argumentação de Marx exatamente neste ponto, perguntando: quais são as *condições de possibilidade* dessa “mercadoria especial”, a força de trabalho, o próprio pivô da economia capitalista? Qual é a natureza dos processos sociais pelos quais a própria força de trabalho é produzida? A resposta de Vogel é decisiva. “A força de trabalho [...] não é produzida de forma capitalista”. Em vez disso, ela é produzida e reproduzida em um “local baseado em parentesco”, a “família da classe trabalhadora” (Vogel, 1983, p. 151 e 170).⁸ Focar na família da

⁸ Outros, evidentemente, já haviam tocado essa questão antes da aparição do texto de Vogel. Ver, por exemplo, Seccombe (1974); Quick (1977) e Gimenez

classe trabalhadora não é, em si, um movimento propriamente original. A inovação de Vogel tem a ver com o papel social que ela atribui à família da classe trabalhadora (organizada com base na diferença de idade e gênero) e as formas pelas quais ela a analisa. Ao iniciar identificando a família da classe trabalhadora como o local social da produção/reprodução dessa mercadoria especial, a força de trabalho, Vogel passa de uma preocupação predominante com a estrutura e dinâmicas *internas* dessa forma-família para sua *relação estrutural* com a reprodução do capital. Evidentemente, outras teóricas feministas haviam focado na relação da família da classe trabalhadora com o capital por meio da reprodução da força de trabalho. Mas a maioria dessas críticas concluiu erroneamente que, como o trabalho doméstico produz a força de trabalho que cria valor e mais-valia para o capital, também deve ser uma forma de trabalho criador de valor.⁹ Vogel apreende, de forma muito nítida, o que está errado nesse argumento: o trabalho no lar não é mercantilizado, produz valores de uso e não mercadorias cuja venda realiza mais-valia para o capitalista.

Outras também haviam observado isso, mas, diferentemente dessas teóricas do trabalho doméstico, a análise de Vogel sobre essa realidade não a leva a argumentar que a base sociomaterial da opressão às mulheres pode ser encontrada nas relações de gênero dentro do lar. Ainda que a família seja fundamental para a opressão às mulheres na sociedade capitalista, o pivô dessa opressão não é o trabalho doméstico

(1978). Porém, não conhecemos qualquer teórica antes de Vogel que tenha explorado esta questão tão sistematicamente e em relação tão atenciosa com *O capital*, como fez essa autora.

⁹ Essa noção equivocada foi difundida por Dalla Costa e James (1972); Gardiner (1975) e Humphries (1977), entre outras. Foi recentemente repetida por Hensman (2011, p. 7-10).

das mulheres para os homens ou para as crianças, por mais opressivo ou alienante que seja. Em vez disso, a opressão se baseia no significado social do trabalho doméstico para o capital – o fato de que a produção e reprodução da força de trabalho é uma condição essencial que sustenta a dinâmica do sistema capitalista, possibilitando que o capitalismo se reproduza. E, ainda que isso não tenha que ser realizado no interior dos lares – orfanatos públicos ou privados, por exemplo, também assumem a responsabilidade de reproduzir força de trabalho –, o fato de ser uma relação predominantemente privada, doméstica, realizada de acordo com o fator biofísico de que a procriação e a amamentação requerem corpos sexuais-femininos, explica por que, em primeiro lugar, existem pressões sobre a unidade doméstica para que esta esteja em conformidade com a desigualdade de normas de gênero. Em outras palavras, as mulheres são oprimidas na sociedade capitalista não porque seu trabalho em casa produz valor para o capital, tampouco por um impulso patriarcal trans-histórico que coloca os homens contra as mulheres (embora tais atitudes, evidentemente, persistiram ao longo do tempo e do espaço). As raízes sociomateriais da opressão às mulheres sob o capitalismo têm a ver, na verdade, com a relação estrutural do lar com a reprodução do capital: o capital e o Estado precisam conseguir regular sua capacidade biológica para produzir a próxima geração de trabalhadores, de modo que a força de trabalho esteja disponível para a exploração.¹⁰

¹⁰ Pode ser útil pensar na contribuição de Vogel nos seguintes termos: ao focar em uma pré-condição social do processo de trabalho sob o capitalismo – a reprodução da força de trabalho –, ela põe em primeiro plano a relação entre mulheres e capital, sugerindo que a relação entre mulheres e homens seja entendida dentro deste contexto histórico e não a-historicamente, como um fenômeno universal trans-histórico.

É importante enfatizar que essa explicação não precisa ser uma forma de “funcionalismo”. O argumento aqui não é que o capitalismo *criou* a família nuclear heterossexual para estes propósitos. O argumento é que as formas de família que preexistiram ao capitalismo foram defendidas por pessoas da classe trabalhadora que ansiavam por preservar seus laços de parentesco, e que também foram reforçadas e modificadas por políticas sociais intencionais por parte dos Estados capitalistas (discutiremos esses dois aspectos abaixo, na próxima seção). Assim, por meio de processos sociais complexos e, por vezes, contraditórios, formas de família compatíveis com a reprodução privatizada da força de trabalho foram tanto preservadas quanto adaptadas a uma ordem de gênero burguesa moderna.

Ao lançar esse argumento, Vogel nos dá uma base histórico-materialista para compreender a persistência de formas de família generificadas ao longo do espaço e tempo no modo de produção capitalista. Com esse *insight*, a natureza do debate feminista-marxista é transformada. O lar *em si* já não é um quadro analítico adequado; a unidade doméstica é agora teorizada em relação à reprodução do capital. Ao mesmo tempo, a especificidade do trabalho no lar é mantida, em vez de ser equivocadamente confundida com processos de trabalho mercantilizados (e, portanto, produtores de valor).

Essa perspectiva fundamenta a opressão às mulheres na sociedade capitalista nas relações centrais do próprio modo de produção capitalista. A fim de garantir a produção e reprodução do atual e futuro estoque de força de trabalho, o capitalismo requer mecanismos institucionais por meio dos quais possa exercer controle sobre a reprodução biológica, as formas de família, a criação das crianças e a manutenção de uma ordem de gênero. Por mais que as relações entre seres humanos dos sexos masculino e feminino dentro dos lares

possam expressar e reproduzir socialmente uma ordem de gênero de dominância masculina, estas não são a totalidade da opressão às mulheres. De fato, devido ao papel estratégico das unidades domésticas privadas como (em princípio) locais de produção e reprodução da força de trabalho, decorre que as famílias monoparentais chefiadas por mulheres são parte da matriz da opressão de gênero, assim como os lares chefiados por duas ou mais mulheres. A ordem de gênero capitalista é, portanto, estruturalmente fundada não em um patriarcado trans-histórico ou em um modo de produção doméstico separado, mas na articulação social entre o modo de produção capitalista e as unidades domésticas da classe trabalhadora, que são fundamentais para a produção e reprodução da força de trabalho.¹¹

Tendo localizado o ponto principal no qual Vogel inova com relação à análise de Marx, retornaremos agora a *O capital* para indicar as maneiras como Vogel confronta as ausências lógicas no texto de Marx.

A família da classe trabalhadora e a reprodução geracional da força de trabalho

Marx está longe de ignorar a necessidade do capital de renovação geracional do estoque de força de trabalho. Na realidade, ele reconstrói essa necessidade na sua teoria dos salários. Ao abordar a questão do valor da mercadoria força de trabalho, que se expressa nos salários, Marx nos diz que não se trata apenas de reproduzir o trabalhador assalariado em si. Afinal:

¹¹ Outras instituições sociais, particularmente as escolas, também desempenham papéis importantes neste contexto. Mas residências particulares permanecem sendo a chave da produção e reprodução biossocial da força de trabalho.

O proprietário da força de trabalho é mortal. Se, então, sua aparição no mercado deve ser contínua, e a contínua conversão de dinheiro em capital pressupõe isso, o vendedor da força de trabalho deve se perpetuar, ‘da forma em que todo indivíduo vivo se perpetua, pela procriação’. A força de trabalho retirada do mercado por desgaste e morte deve ser continuamente substituída por, no mínimo, uma quantidade igual de força de trabalho nova. Portanto, a soma dos meios de subsistência necessários para a produção da força de trabalho deve incluir os meios necessários para os substitutos do trabalhador, ou seja, seus filhos, a fim de que esta raça de peculiares proprietários de mercadorias possa perpetuar sua aparição no mercado. (Marx, 1976, p. 275)

Aqui, porém, encontramos um problema: além da procriação, Marx é notadamente omissos sobre os processos pelos quais a próxima geração da “raça de peculiares proprietários de mercadorias” nasce e é criada. De fato, em vez de teorizar sobre as relações e práticas sociais nas quais os futuros trabalhadores assalariados são produzidos, Marx recorre a um naturalismo simples, indicando-nos que, quando se trata da “manutenção e reprodução da classe trabalhadora”, o capitalista “pode deixar tranquilamente seu preenchimento a cargo do impulso de autopreservação e procriação dos trabalhadores” (Marx, 1976, p. 718).

No entanto, claramente, isto é deixar o problema sem resposta. Assim como a procriação, os impulsos de autopreservação e propagação são organizados dentro das formas socioculturais de vida. E essas formas não podem ser tomadas como dadas, como uma teoria puramente naturalista sugeriria, uma vez que são criadas e reproduzidas social e historicamente. Ou seja, não há nenhuma manutenção ou reprodução dos trabalhadores – sejam eles adultos ou crianças – fora das formas socioinstitucionais de vida. Nos tempos de Marx, assim como nos nossos, essas formas são, predominantemente,

unidades baseadas em laços de parentesco conhecidas como famílias. Aqui, no entanto, encontramos um problema, porque Marx sustentava que o modo de produção capitalista estava destruindo a família da classe trabalhadora. Sua análise a esse respeito é rigorosa e por vezes visionária, como veremos. Mas em nenhum momento ele reconhece que a destruição da família da classe trabalhadora significaria a eliminação desse local social em que ocorre a produção e reprodução da força de trabalho. Consequentemente, ele deixa de reconhecer o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista neste âmbito: se as famílias baseadas em laços de parentesco são os principais locais de produção e reprodução da força de trabalho, então, as dinâmicas econômicas capitalistas que minam tais famílias serão profundamente problemáticas para o capital como um todo. Com certeza, Marx estava perfeitamente consciente dos efeitos destrutivos do capital nos lares da classe trabalhadora. *O capital* está cheio de digressões furiosas sobre trabalho infantil, assim como sobre o trabalho feminino. E os efeitos prejudiciais destes fenômenos no âmbito doméstico são frequentemente notados, como na seguinte observação:

Por isso, o trabalho de mulheres e de crianças foi a primeira palavra-de-ordem da aplicação capitalista da maquinaria! Com isso, esse poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores transformou-se rapidamente num meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família dos trabalhadores, sem distinção de sexo nem idade, sob o comando imediato do capital. O trabalho forçado para o capitalista usurpou não apenas o lugar do folguedo infantil, mas também o trabalho livre no círculo doméstico, dentro de limites decentes, para a própria família. (Marx, 1976, p. 517)

Em uma nota de rodapé à passagem anterior, Marx também observa que “o capital usurpou o trabalho familiar necessário ao consumo para sua autovalorização” (Marx, 1976, p. 518).

Essas passagens se destacam pelas formas nas quais Marx registra a realidade do trabalho doméstico, descrevendo-o como “labor independente domiciliar” e “os labores domésticos que o consumo da família exige”. Ele aqui está no limiar de identificar o problema de como a produção e a reprodução (não capitalistas) da mercadoria especial no coração do capitalismo é garantida. Se ele tivesse confrontado essa questão diretamente, teria sido forçado a lidar com as contradições que esta levanta para seu próprio argumento de que a industrialização, a maquinaria e o crescimento do trabalho feminino e infantil estavam minando a família da classe trabalhadora. Pois essa afirmação não se encaixaria facilmente com o reconhecimento de que alguma instituição social, como a família baseada em parentesco da classe trabalhadora, é essencial para a reprodução de uma classe de trabalhadores assalariados. Em outra passagem, testemunhamos o reconhecimento parcial de Marx sobre as dimensões generificadas dessa questão:

Como certas funções da família, por exemplo, cuidar das crianças e amamentá-las etc., não podem ser totalmente suprimidas, as mães de famílias confiscadas pelo capital têm de arranjar substitutas mais ou menos equivalentes. Os labores domésticos que o consumo da família exige, como costurar, remendar etc., precisam ser substituídos pela compra de mercadorias prontas. Ao menor dispêndio de trabalho doméstico corresponde portanto maior dispêndio de dinheiro. Os custos de produção da família operária crescem, portanto, e contrabalançam a receita suplementar. Acrescente-se a isso que economia e eficiência no uso e na preparação dos meios de subsistência se tornam impossíveis. (Marx, 1976, p. 518)

Aqui, Marx efetivamente levanta a questão da diferença biológica – não da gestação e parto, sobre as quais ele silencia, mas do “cuidar das crianças e alimentá-las”. Ao fazê-lo, ele tacitamente reconhece que o trabalho de produzir a geração

seguinte tem uma característica distintiva de gênero enraizada na diferença biológica. Isso, evidentemente, levanta a questão de por quê as mulheres vivenciam formas únicas de opressão nas sociedades capitalistas. E bem neste ponto, Vogel faz uma contribuição fundamental, argumentando que a organização social da diferença biológica constitui uma “pré-condição material para a construção social das diferenças de gênero” (Vogel, 1983, p. 142). Ainda que os homens possam muito bem assumir parte do trabalho doméstico associado à criação das crianças e à manutenção das casas, há processos cruciais para os quais eles não são biologicamente dotados. Aqui, no entanto, precisamos ter muito rigor. Não é a biologia *per se* que dita a opressão às mulheres, mas, em vez disso, a dependência do capital dos processos biológicos específicos das mulheres – gestação, parto, lactação – para garantir a reprodução da classe trabalhadora. É isso que leva o capital e seu Estado a controlar e regular a reprodução feminina e o que os impele a reforçar uma ordem de gênero de dominância masculina. E este fato social, ligado à diferença biológica, compreende a base sobre a qual a opressão às mulheres está organizada na sociedade capitalista.¹²

A análise de Vogel a este respeito está em total conformidade com a lógica d’*O capital*. No entanto, se Marx não seguiu essa linha de argumentação, parece ter sido por duas razões. Uma é a clara tendência em seus escritos de tratar as relações entre seres humanos dos sexos masculino e feminino como naturais e não sociais (Vogel, 1983, p. 62). A outra razão é seu entusiasmo com a perspectiva de a classe trabalhadora ser

¹² Note que essa ordem de gênero não exige que todas as mulheres tenham que parir. Na verdade, pressupõe relações de gênero em que a responsabilidade social de parir e criar a geração seguinte seja codificada como feminina. Sobre essa questão, ver também Armstrong e Armstrong (1983).

(destrutivamente) libertada das formas de família patriarcais. Esse ponto de vista emerge claramente tanto na *Ideologia alemã* (1846) quanto no *Manifesto Comunista* (1848). Enquanto o primeiro texto argumenta que a família proletária foi “aboliada”, o *Manifesto* insiste que “a grande indústria rompe todos os laços familiares dos proletários” (Marx; Engels, 1975a, p. 180; 1973, p. 84). Nessa questão, *O capital* se encontra em uma significativa continuidade com esses textos anteriores. Além disso, Marx, insiste que a dissolução da família da classe trabalhadora, por mais brutal que seja, prepara o caminho para uma forma social mais progressista:

Por terrível e repugnante que agora pareça a dissolução do antigo sistema familiar no interior do sistema capitalista, a grande indústria não deixa de criar, com o papel decisivo que confere às mulheres, pessoas jovens e crianças de ambos os sexos em processos de produção socialmente organizados para além da esfera domiciliar, o novo fundamento econômico para uma forma mais elevada de família e de relações entre ambos os sexos. É, naturalmente, tolo tomar como absoluta tanto a forma teuto-cristã de família quanto a forma romana antiga, ou a grega antiga, ou a oriental, que, aliás, constituem entre si uma progressão histórica de desenvolvimento. É igualmente óbvio que a composição do pessoal coletivo do trabalho por indivíduos de ambos os sexos e dos mais diversos grupos etários — embora em sua forma capitalista espontaneamente brutal, em que o trabalhador comparece para o processo de produção e não o processo de produção para o trabalhador —, fonte pestilenta de degeneração e escravidão, tenha, sob circunstâncias adequadas, de converter-se inversamente em fonte de desenvolvimento humano. (Marx, 1976, p. 620-621)

Essa visão de uma forma nova e mais “elevada” das relações entre homens e mulheres, e entre adultos e crianças, é inspiradora. Mas é baseada em uma premissa equivocada: que o desenvolvimento capitalista significa inevitavelmente a desintegração da família da classe trabalhadora. Na verda-

de, Marx não conseguiu captar o impacto geral de medidas legislativas orquestradas, particularmente durante o período vitoriano na Grã-Bretanha, para reafirmar as diferenças de gênero e para reforçar a família da classe trabalhadora. Comissões parlamentares figuraram proeminentemente nesse processo, particularmente o *Report of the Children's Employment Commission* [*Relatório da Comissão de Emprego Infantil*] (em duas partes), e o Coalmines Regulation Act [Ato de Regulação de Minas de Carvão], ambos de 1842. Relatórios como estes estimularam processos legislativos projetados para limitar o trabalho infantil e as horas de trabalho, bem como para restringir o emprego feminino. Em combinação com a legislação que criava a educação pública obrigatória das crianças, o Estado tinha claramente se comprometido a combater as taxas de mortalidade infantil e neonatal, a “educar” as crianças nas habilidades e docilidade adequadas ao capitalismo industrial, e a reafirmar as divisões generificadas do trabalho que reforçavam a identificação das mulheres com a esfera doméstica. (É interessante observar, a este respeito, que o trabalho feminino nas minas foi restrito, enquanto o serviço doméstico, frequentemente mais oneroso, ficou intocado.) O pânico moral acompanhou todos esses processos, incluindo um revelador receio sobre mulheres de calças trabalhando no subsolo com pás e picaretas, o que coincidiu com a legislação que proibia mulheres e meninas de trabalhar no subsolo das minas. Ao longo do período vitoriano, então, o Estado buscou reconstituir a família da classe trabalhadora por meio de novas restrições ao trabalho feminino e infantil, de uma ordem de gênero reforçada, da responsabilidade estatal pela educação pública das crianças, assim como pelas reformas na saúde e no saneamento – muitas delas promovidas pelo medo das hordas sujas e incivilizadas da classe trabalhadora, no seu território

e nas colônias, e pelo medo das mulheres transgressoras da classe trabalhadora em particular.¹³

Evidentemente, pessoas da classe trabalhadora também fizeram campanha para defender a sua vida compartilhada e suas redes de parentesco. Ao fazê-lo, elas involuntariamente aceleraram as reformas que eram, no longo prazo, do interesse do capital – restrições ao trabalho infantil, pressões para um “salário-família” masculino e limitações ao emprego feminino – e que também reforçaram a ordem de gênero dominante.¹⁴ Como consequência, as taxas de participação feminina no emprego remunerado se estabilizaram em cerca de 25% ao longo do século XIX e o trabalho infantil também diminuiu (Humphries, 1977, p. 251). Assim, a decomposição da família da classe trabalhadora foi bruscamente interrompida; de fato, ela foi revertida.

É elucidativo que Marx não tenha conseguido captar isso e que continuou acreditando que a família da classe trabalhadora estava se dissolvendo. Isto é, em parte, um sintoma de ter considerado inquestionável algo que não se pode presumir – que novas fontes de força de trabalho serão invariavelmente reproduzidas tanto geracionalmente quanto socialmente, e que os estoques já existentes serão reproduzidos diariamente, não apenas em quantidades adequadas, mas com as “habilidades” e “aptidões” apropriadas. Não obstante suas próprias observações acerca dos efeitos destrutivos da industrialização capitalista sobre as famílias proletárias, Marx continuou a recorrer a uma perspectiva ingenuamente naturalista na qual, quando se tratava de reproduzir a classe trabalhadora, o capital

¹³ Ver McClintock (1995, p. 114-118) que também explora a dimensão psicanalítica dos tais pânicos de gênero.

¹⁴ Ver Clark (1995). Para uma discussão séria sobre esses processos, ver Humphries (1977) e Laslett e Brenner (1989).

poderia “deixar tranquilamente seu preenchimento a cargo do impulso de autopreservação e procriação dos trabalhadores” (Marx, 1976, p. 718).

Como vimos, no entanto, a própria lógica dialética de Marx convida ao tipo de revisão que Vogel propõe. Assim como a reprodução do capital, a reprodução da força de trabalho também requer uma explicação social crítica. Mas isso não é possível sem uma teorização da reprodução biológica, social, diária e geracional da força de trabalho e da organização social da diferença biológica que ela pressupõe em uma sociedade capitalista. Em suma, as relações internas entre gênero, família e o modo de produção capitalista devem ser tematizadas se quisermos entender a opressão de gênero no capitalismo de uma forma que se concatene com a estrutura conceitual d’*O capital*.

Críticos e críticas

Como observamos, quando de sua publicação, *Marxismo e a opressão às mulheres* não criou uma comoção entre feministas e círculos marxistas. A única resposta acadêmica significativa foi escrita por Johanna Brenner, autora de um dos mais importantes trabalhos social-feministas dos anos 2000.¹⁵ Para Brenner, o livro de Vogel é notável enquanto uma contribuição para a historiografia radical, particularmente em sua recuperação da tradição marxista sobre a “questão da mulher”, e por situá-la no contexto político do início do movimento socialista. Ela sugere que Vogel amplia nossa compreensão das raízes da teoria dos sistemas duplos, localizando-a entre

¹⁵ Ver Brenner (2000). Notamos, como mais uma prova da negligência acadêmica sobre o livro de Vogel, que ele não é mencionado no impressionante levantamento de trabalhos materialistas históricos sobre as relações de gênero produzido por Haug (2005).

os clássicos de Bebel e Engels, ao mesmo tempo que identifica uma abordagem alternativa da “reprodução social” derivada das obras maduras de Marx. Brenner se impressiona menos, no entanto, com as inovações teóricas de Vogel, indicando que seu referencial analítico da reprodução social falha em considerar adequadamente os conflitos de interesse entre homens e mulheres, especialmente no que diz respeito ao papel ativo que os homens desempenham em instituir e manter a opressão de gênero. Como consequência, ela argumenta, Vogel passa por cima de questões-chave socialistas-feministas sobre por que os homens “quase universalmente” exercem poder sobre as mulheres no interior do sistema familiar (Brenner, 1984, p. 699).¹⁶

É intrigante que Brenner atribua essa falha ao “alto nível de abstração e generalidade” da análise de Vogel. “Uma teoria ‘unitária’ adequada”, ela insiste, “teria que especificar ao menos como a estrutura de classe define os limites dentro dos quais as classes subordinadas organizam as famílias e unidades domésticas e como essas condições são definidas de forma a incentivar os sistemas de família de ‘dominação masculina’”. Tal projeto, ela continua, exige olhar para além da “base material” da sociedade, para as estruturas ideológicas e políticas que compõem a hierarquia de gênero. Carente dessa análise, Vogel oferece apenas um “estágio preliminar” da teoria da reprodução social (Brenner, 1984, p. 699).

Os comentários de Brenner são instrutivos na medida em que articulam o exato problema que Vogel se propôs a resolver: o estabelecimento de um primeiro nível de análise teoricamen-

¹⁶ Brenner critica corretamente Vogel por sua revisão excessivamente estreita da “questão da mulher” na tradição socialista, notando que ela deixa de dialogar com o trabalho da anarquista Emma Goldman ou da bolchevique Alexandra Kollontai.

te indispensável da reprodução do capital, do gênero e social, que tornará possível uma teoria unitária – em oposição a uma análise dualista ou puramente descritiva. Brenner está, de fato, correta em dizer que Vogel não tenta teorizar o exercício do poder masculino no lar *per se* ou oferecer uma explicação histórica do seu desenvolvimento. Em vez disso, seu interesse está em analisar o que acontece com as relações fundamentais do capitalismo que parecem exigir um sistema familiar baseado em uma ordem de gênero de dominância masculina. Como ela diz, “é a responsabilidade pelo trabalho doméstico necessário à reprodução social capitalista – e não a divisão sexual do trabalho ou a família *per se* – que sustenta materialmente a perpetuação da opressão e da situação desigual das mulheres na sociedade capitalista” (Vogel, 1983, p. 170). Diferentemente de grande parte do pensamento feminista, especialmente após a virada linguística na teoria social, ela procura decifrar as bases sociomateriais para a existência de um sistema de unidades domésticas baseado na opressão às mulheres. Para tanto, ela investiga a maneira pela qual as dinâmicas especificamente capitalistas estabelecem limites definidos à possível variedade de instituições e práticas de reprodução social. Ao identificar a necessidade contraditória do capital de explorar e renovar a força de trabalho – e considerando-a à luz da relação necessariamente diferenciada dos homens e mulheres (ou corpos sexuados masculinos e femininos) com os aspectos relacionados à procriação e amamentação dessas práticas de exploração e renovação –, Vogel identifica a dinâmica socio-material do sistema capitalista que tende a reproduzir formas de família patriarcais, como persistentemente tem feito em todos os tempos e espaços do capitalismo mundial.

Evidentemente, aqui estamos lidando com uma tendência e não com uma lei de ferro. O fato de que a reprodução social

é e deve ser desempenhada por indivíduos corporificados, enredados pelos imperativos do capitalismo, não significa que toda e qualquer forma de família seja funcionalmente determinada. As tradições culturais e as lutas sociais também moldarão a variedade de arranjos domésticos disponíveis. Mas, ao identificar o problema central da necessidade, sob o capitalismo, de um local social que reproduza a força de trabalho biológica e socialmente, a análise de Vogel nos permite entender por que as sociedades capitalistas, não obstante sua vasta gama de histórias diversas, reproduziram repetidamente as formas de família baseadas na dominação masculina. Igualmente, também propõe uma forma de compreender por que as formas domésticas podem mudar de maneiras significativas, como com o crescimento do reconhecimento legal e a aceitação social de casamentos e lares homoafetivos, assim como famílias chefiadas por mães ou pais solos, sem que a opressão às mulheres seja eliminada. Independentemente do quanto as classes dominantes tenham resistido ao afrouxamento das normas de gênero e das convenções sexuais, essas mudanças não minaram inerentemente a generificação das responsabilidades fundamentais pelo parto, amamentação e criação das crianças pequenas. Dessa forma, Vogel, de fato, prepara um “estágio preliminar” para uma teoria da reprodução social que conecta logicamente a opressão às mulheres às características essenciais do modo de produção capitalista.¹⁷ Em vez de uma fraqueza em seu trabalho, isto

¹⁷ Infelizmente, Vogel posteriormente se apropriaria da noção hiperabstrata de Althusser de “Teoria” não contaminada pelo empírico a fim de explicar seu procedimento teórico em *Marxismo e a opressão às mulheres*. Ver Vogel (2000). A nosso ver, seria muito mais produtivo entender que o procedimento de Vogel estabelece as *condições de possibilidade* das formas de família e da ordem de gênero em uma sociedade capitalista.

é, como argumentamos anteriormente, um feito singular de *Marxismo e a opressão às mulheres*.

Trabalhando no interior da arquitetura conceitual d'O *capital*, Vogel não apenas abre a mais produtiva linha de investigação materialista histórica, ela também supera algumas fraquezas consideráveis do feminismo socialista anterior. Particularmente, como vimos, ela lucidamente refuta a alegação equivocada de que trabalho não pago no lar produz valor e mais-valia. Ao mesmo tempo, no entanto, Vogel cai na armadilha de argumentar que o trabalho doméstico é um componente do trabalho necessário no sentido em que Marx usou o termo n'O *capital* (Vogel, 1983, p. 152-154).¹⁸ Ela claramente errou aqui, como posteriormente reconheceu no artigo da revista *Science & Society* de 2000, que está reimpresso como um apêndice deste livro. Vogel estava, evidentemente, correta ao afirmar que o trabalho de produzir e reproduzir as gerações presentes e futuras de trabalhadores assalariados é socialmente necessário para o capital. Mas o termo “trabalho necessário” tem um significado muito mais restrito para Marx na sua teoria da mais-valia: refere-se ao trabalho que compreende um *custo necessário* para o capital, o trabalho que deve ser pago (em salários) a partir dos fundos do capital.¹⁹ É por isso que Marx se refere aos salários como “capital variável”. Há muito mais trabalho não remunerado – trabalho que não tem que ser pago pelo capital – do que é necessário para a reprodução de uma sociedade capitalista. E o capital é certamente beneficiado, em grande parte, pelo fato de que as

¹⁸ O mesmo erro aparece em Hensman (2011, p. 8).

¹⁹ É claro, como vimos, que esses salários precisam ser adequados para ajudar a sustentar a produção da próxima geração de trabalhadores. Mas o *custo necessário* para o capital é o pagamento direto dos trabalhadores que se envolvem com o processo de produção imediato.

crianças são paridas, amamentadas, nutridas, amadas e educadas em unidades baseadas em parentesco, assim como os adultos são ali reproduzidos física, psíquica e socialmente. Mas os capitais individuais aqui se beneficiam de práticas sociais que não formam nenhum dos seus custos necessários.²⁰ Não há, portanto, uma taxa de mais-valia aqui, tanto porque essas práticas não são mercantilizadas (produzem valores de uso, mas não valores) quanto porque não há nenhuma estrutura de custo direta para o capital envolvido.

A posterior correção de Vogel sobre esse ponto é um importante esclarecimento que se deve ter em mente ao ler seu texto. Mais do que isso, é um lembrete do espírito científico crítico que permeia *Marxismo e a opressão às mulheres* e que o torna um trabalho passível de renovação, extensão e desenvolvimento.

Novas agendas: interseccionalidade, feminismo materialista, reprodução social e a contínua busca por uma teoria unitária

Como já observamos, *Marxismo e a opressão às mulheres* apareceu em um momento bastante inóspito, bem quando movimentos sociais radicais, socialistas e da classe trabalhadora estavam começando a recuar sob a investida da ofensiva neoliberal. Esse contexto novo e hostil criou crescentes obstáculos para o florescimento de uma teoria e prática feminista-socialista vibrante. Com o passar dos anos, as pautas políticas e intelectuais mudaram e a preocupação de caráter marxista com a opressão de gênero ficou relegada aos museus da teoria

²⁰ Evidentemente, alguns desses custos podem ser reivindicados pelo Estado na forma de taxas sobre os lucros. Abstraímos essa questão aqui já que não afeta o argumento sobre a taxa de mais-valia.

“modernista”. Foi nesse momento que a virada linguística, em preparação durante décadas, varreu as ciências humanas e sociais e deixou suas marcas em partes da esquerda. Em um reducionismo tão ostensivo como o praticado por qualquer materialismo vulgar, linguagem e discurso se tornaram *as* forças determinantes da vida social.²¹ Identidades discursivamente construídas se tornaram o foco primordial da análise política, enquanto as preocupações com o trabalho e com as práticas humanas corporificadas foram levemente dispensadas como sendo pitorescas, se não completamente delirantes.

Inevitavelmente, talvez, conforme as duras realidades de gênero, raça e classe persistiam e conforme o militarismo imperialista se intensificava notavelmente durante a primeira Guerra do Golfo, o abstracionismo rarefeito da teoria do discurso e seu completo distanciamento da intervenção política produziram uma contrarreação. Os teóricos comprometidos com formas de crítica materialistas aliadas a políticas emancipatórias logo deram respostas teóricas aos incapacitantes limites da “pós-teoria”. O início dos anos 1990 testemunhou momentos centrais nesse contramovimento, em larga medida iniciado sob as bandeiras do feminismo negro e do feminismo materialista.²²

O feminismo negro, em particular, liderou a agenda que deu origem ao modelo conhecido como “interseccionalidade”, que rapidamente se tornou um grande ponto de referência em uma ampla gama de debates teóricos. Essa abordagem tinha raízes profundas na experiência de organizações feministas-socialistas de mulheres afro-americanas, notadamente, o

²¹ Para uma amostra das análises marxistas desses desenvolvimentos, ver Jameson (1972), Palmer (1990), Henessy (1993) e McNally (2001).

²² Ver, por exemplo, Collins (1992 e 1993); Smith (1993), Hennessy (1993) e Landry e Maclean (1993).

Coletivo Combahee River formado em Boston em 1974, no qual a teórica e militante Barbara Smith desempenhou um papel central. Liderando campanhas por direitos reprodutivos, abolicionismo penal, contra o estupro, por direitos lésbicos, contra a esterilização forçada, entre outros, o Coletivo Combahee River e iniciativas feministas negras similares tiveram pouco tempo para a redução da política ao discurso. Corpos, particularmente os corpos racializados e generificados de mulheres negras da classe trabalhadora, figuravam no centro de sua teoria e prática.²³ Emergindo do feminismo negro, a perspectiva interseccional, assim, manteve uma duradoura orientação materialista, por mais que estendesse e modificasse materialismos anteriores.²⁴

Patricia Hill Collins, talvez a mais prolífica e célebre feminista dessa tradição, desenvolveu astuciosamente a discussão de W.E.B. Du Bois de que as hierarquias sociais de raça, classe e nação *co-determinavam* as realidades políticas-econômicas das pessoas negras nos EUA, chamando, assim, a atenção para a “matriz de dominação” que engloba raça, classe e gênero.²⁵ Essa abordagem confrontou um problema fundamental que assolava tanto a perspectiva dos sistemas duplos quanto a das políticas identitárias: elucidar as inter-relações entre as distintas dimensões da experiência social e das instituições e práticas que as moldam. Por mais que essas perspectivas an-

²³ É importante reconhecer, nesses trabalhos, a influência de dois textos pioneiros: *Sex, Race, and Class* [*Sexo, Raça e Classe*], de Selma James (1975), e *Women, Race & Class* [*Mulheres, Raça e Classe*], de Angela Davis (1981).

²⁴ Houve, evidentemente, posições do feminismo negro que direcionaram alguns desses trabalhos por caminhos mais pós-modernos. O trabalho de bell hooks é frequentemente um indicativo disso, apesar de hooks ter regularmente retornado a preocupações fora de moda e nada pós-modernas com a classe social. Ver, por exemplo, hooks (2000).

²⁵ Ver Collins (1993, 1998) e Collins e Anderson (1992).

teriores reconhecessem uma conexão entre, digamos, sexismo e racismo, ou classe e heterossexismo, davam pouca atenção à dinâmica da totalidade na qual essas relações estão internamente conectadas. Explicar teoricamente tais conexões se tornou o projeto próprio da interseccionalidade.

A interseccionalidade inspirou trabalhos empíricos significativos que documentam como a opressão é vivida em formas não compartimentadas e, por vezes, contraditórias. Essa orientação empírica tem sido tanto sua força quanto sua fraqueza. Por um lado, ao chamar a atenção para a *experiência* da opressão, tais estudos reinseriram as pessoas, os agentes humanos, na análise da história e da vida social. Além do mais, essa abordagem compreendeu a experiência como sendo socialmente determinada de uma maneira não reducionista, em termos de processos complexos e contraditórios de organização e determinação social. Por outro lado, como observou Johanna Brenner, muito do trabalho nessa tradição se limita a descrever e explicar as dinâmicas de *lugares* sociais específicos, investigando como um lugar particular molda uma experiência e identidade, ao mesmo tempo que, frequentemente, deixa de perguntar como esses lugares são produzidos e sustentados dentro e por meio de um sistema de poder social. As *relações* sociais de dominação (de um capitalismo racializado e patriarcal), em outras palavras, tendem a ficar subteorizadas (Brenner, 2000). Isso ocorre, em parte, porque, ao empregar a metáfora espacial da intersecção, a perspectiva da interseccionalidade tende a ver cada modo de dominação como um vetor distinto de poder, que depois se cruza (intersecciona) com outros. Mas, ao assumir cada vetor de poder como independentemente dado em uma primeira instância (anterior à intersecção), essa abordagem tem dificuldade em apreender a co-constituição

de cada relação social dentro e por meio de outras relações de poder.²⁶

Concomitante ao surgimento da interseccionalidade como um poderoso paradigma no interior da teoria feminista, o feminismo materialista se desenvolveu. Reagindo contra a virada discursiva, Rosemary Hennessy e outras autoras insistiram em retornar à teoria e prática feministas aos domínios extralinguísticos dos corpos, necessidades, relações de classe, sexualidade e afeto (Hennessy, 1993; Landry e Maclean, 1993; Hennessy e Ingraham, 1997). O resultado é um potente conjunto de obras que reabre as antigas preocupações feministas-socialistas e reabilita abordagens materialistas-históricas para compreender a opressão de gênero. Além disso, assim como as feministas negras, as teóricas que trabalharam no interior dessa perspectiva desenvolveram análises significativas da opressão sexual, ainda que apenas tenham apontado a necessidade de uma teoria verdadeiramente integrativa do capitalismo e de suas múltiplas opressões.

O feminismo da reprodução social, da forma como se desenvolveu nos anos seguintes à publicação de *Marxismo e a opressão às mulheres*, também frequentemente ficou aquém de elaborar uma análise completamente integrativa da coconstituição das relações de classe, gênero, sexualidade e raça. Apesar do objetivo declarado de desenvolver uma teoria unitária, que dava sinais promissores pelo seu comprometimento com uma concepção ampla e não economicista do trabalho, muitas das que trabalharam nessa tradição recaíram ou na análise dos sistemas duplos ou em um descritivismo a-teórico.²⁷ Essas tendências são, pode-se argumentar, um legado do que

²⁶ Retornaremos a esse ponto em nossa discussão sobre o importante trabalho de Himani Bannerji.

²⁷ Exemplos dessas adesões à teoria dos sistemas duplos e ao descritivismo são discutidos em Ferguson (1999).

Himani Bannerji identificou como a influência estruturalista na economia política feminista-socialista. Apesar de as feministas da reprodução social partirem do conceito de trabalho, elas frequentemente tenderam a conceituar o trabalho como uma *coisa* que opera no interior de outra coisa ou *estrutura* (por exemplo, a economia, o lar ou a comunidade). Uma abordagem tão positivista, observa Bannerji, perde o sentido da história, do processo de *tornar-se* por meio do qual as relações estruturais são constituídas, e dos sujeitos daquela história em particular. Como resultado, muitas feministas socialistas criaram “um vão intransponível entre o mundo em que surgem e o *self*; a cultura e a experiência, e têm pouco a dizer sobre a subjetividade política” (Bannerji, 1995, p. 80).²⁸ Esse é um motivo, ela sugere, para que haja um silêncio tão profundo sobre o racismo no feminismo da reprodução social dos anos 1980 e 1990. Ao falhar em apreender os processos complexos e contraditórios por meio dos quais as múltiplas dimensões da vida social criam um todo integral e dinâmico, muito do pensamento feminista-marxista hesita quando se trata de teorizar a totalidade social em toda a sua diversidade.

Entretanto, uma linha de investigação mais recente dentro da perspectiva feminista da reprodução social tem se mostrado mais promissora, abordando suas categorias analíticas – trabalho, economia, unidades domésticas e assim por diante – como *processos* em vez de coisas. Essa perspectiva, quando bem-sucedida, abre a possibilidade de uma leitura mais genuinamente materialista histórica das relações sociais de poder, que identifique as condições sob as quais raça, gêne-

²⁸ Como observamos, a posterior adoção de Vogel, via Althusser, de uma noção rarefeita de “Teoria” não contaminada pelo empírico comete um erro similar. Ver Vogel (2000).

ro, sexualidade e classe são (co-)reproduzidas, transformadas e potencialmente revolucionadas. Isabella Bakker, Stephen Gill, Cindi Katz e David Camfield contribuíram para essa reimaginação do referencial analítico da reprodução social.²⁹ Em vez de apresentar estruturas em que os sujeitos meramente encenam a lógica sistêmica de seus lugares sociais, seus trabalhos concebem o social como um conjunto de práticas presentes e passadas que compõem um sistema de relações estruturadas que as pessoas vivenciam, reproduzem e transformam ao longo do tempo. Essa atividade transformadora é compreendida como trabalho em sentido amplo. O mundo, como Camfield aponta, é significativamente um produto do trabalho reprodutivo das pessoas – ou, como Bakker e Gill enfatizam, do que Gramsci chamaria de “trabalho”.³⁰

Ao situar o trabalho – concebido como uma atividade consciente, sensorial e prática – no ponto de partida da análise (em vez de estruturas e funções), esses teóricos tanto retomam quanto constroem a partir da ideia central de Vogel, sem recair no funcionalismo estruturalista. A noção de que a produção e a reprodução da força de trabalho é, na verdade, um processo conduzido por pessoas socialmente localizadas traz de volta ao cenário a agência e, em última instância, a história. Isso também traz os corpos para a equação. E apesar de as feministas da reprodução social, a começar com Vogel, há tempos ponderarem a respeito da questão da natureza biofísica dos

²⁹ Ver Katz (2001), Camfield (2002) e Bakker e Gill (2003). Como sugerimos anteriormente, esse trabalho seria fortalecido na – e por meio da – abordagem dialética da experiência desenvolvida por Bannerji.

³⁰ Tal perspectiva não precisa envolver um simples voluntarismo humanista. Se os próprios humanos são compreendidos como parte da natureza, como seres corporificados capazes de fazer história, então a noção de produção mundial permanece enredada no natural e no biológico, ao mesmo tempo que o reconstrói. Sobre isso, ver McNally (2001).

corpos (trabalhadores) – particularmente, como ou por que a capacidade biológica feminina de parir e amamentar bebês importa –, elas não dedicaram muito esforço em pensar o corpo (trabalhador) racializado. Ferguson (2008) propõe um possível ponto para iniciar tal discussão, ao questionar a espacialização dos corpos em um mundo capitalista hierarquicamente ordenado, enquanto Luxton (2006, p. 38-40), bem como Bakker e Silvey (2008, p. 6), propõem um argumento em linhas similares. Ainda que reste muito a ser feito para dar corpo a um referencial analítico da reprodução social que contemple completamente relações sociais, de gênero, raça e outras, o conceito de sujeitos trabalhadores (re)produtores, que é central para tais trabalhos, oferece um início promissor.

Interessantes análises histórico-materialistas sobre raça e sexualidade apresentam outros promissores pontos de partida para os quais podemos nos voltar para desenvolver um marxismo renovado, capaz de apreender o social como “a síntese de múltiplas determinações, portanto, unidade da diversidade” (Marx, 1973b, p. 101). Ainda que não seja possível abordar essas literaturas tão abrangentes aqui, pode ser útil indicar algumas fontes e direções principais.

Com respeito à análise sobre raça e opressão racial, além das literaturas do feminismo negro citadas anteriormente, trabalhos importantes sobre “os salários da branquitude”, que também partem de W.E.B. Du Bois, contribuíram enormemente para a compreensão dos investimentos psicológicos que muitos trabalhadores brancos fazem nas identidades racializadas e estruturas de poder.³¹ Em sincronia com as

³¹ Ver Roediger (1991, 1994 e 2008) e Ignatiev (1995). Sobre o texto fundante, ver Du Bois (1998). Para nós, trabalhos como esses podem e devem complementar importantes estudos marxistas sobre racismo e controle social do tipo desenvolvido por Allen (1994, 1997).

orientações teóricas dos melhores trabalhos recentes em Teoria da Reprodução Social, essas análises restabelecem as pessoas da classe trabalhadora como agentes na construção (assim como na desconstrução) da raça e do racismo. De modo similar, ainda que de um diferente ângulo, um crescente conjunto de trabalhos do historiador Robin D. G. Kelley tem documentado de maneira inspiradora aspectos da formação da classe trabalhadora negra nos EUA, incluindo suas dimensões generificadas e a forma como essa experiência envolveu a produção político-cultural dos persistentes “sonhos de liberdade” (Kelley, 1990, 1994, 2002). Ao reconhecer que as experiências de gênero, raça e classe são sempre já mutuamente informadas, ou coconstituídas, Kelley também acompanhou de perto o desenvolvimento de “uma nova classe trabalhadora urbana multirracial” nos EUA, analisando a interconexão de diversos aspectos da vida social na sociedade capitalista (Kelley, 1997).

Igualmente promissor é o surgimento de um vibrante campo de estudos marxistas sobre a sexualidade e as perspectivas *queer*, particularmente estudos que examinaram as tensões de classe envolvidas na formação das identidades de gênero não normativas imersas em processos socioculturais de mercantilização. Vinculando a formação da identidade sexual a processos sociais mais amplos de acumulação de capital em espaços racializados e generificados, esses estudos estão questionando a dialética de classe, sexualidade, raça e gênero de maneiras sutis e provocativas (Hennessy, 2000, Sears, 2005, Floyd, 2009).³² Ao fazê-lo, eles estão realizando contribuições indispensáveis para o desenvolvimento de um robusto materialismo histórico do capitalismo tardio no

³² Para trabalhos anteriores, ver Smith (1983) e Kinsman (1987).

qual a sexualidade e a opressão sexual estão colocadas como características essenciais de qualquer teoria unitária viável da sociedade capitalista.

Nenhum desses desenvolvimentos teóricos, no entanto, pode se engajar produtivamente um com o outro fora de uma teoria social dialética. Ainda que muitos teóricos venham trabalhando nessa área, poucos têm sido mais eficientes em assentar as bases para um “marxismo feminista e antirracista” do que Himani Bannerji. Iniciando com a noção de experiência, assim como E.P. Thompson em sua discussão da *formação* da classe trabalhadora (Thompson, 1963),³³ Bannerji desenvolve uma análise dialética e multidimensional centrada no conceito de mediação. A vantagem desse conceito está em sua insistência de que a nossa experiência “imediate” do mundo é sempre socialmente e historicamente mediada.³⁴ Como resultado, cada “momento” da experiência social é sempre já refratado por meio de, ou mediado por, outros momentos. Em vez de tentar apreender diferentes relações sociais que chegam a uma intersecção, essa abordagem propõe uma “análise relacional e integrativa” projetada para construir teoricamente uma “visão reflexiva e formativa da prática social” (Bannerji, 1995, p. 67). Bannerji (1995) aponta que tal abordagem metodológica é simultaneamente desconstrutiva – desmontando a totalidade para localizar os momentos distintos do todo – e dialeticamente reconstrutiva:

No melhor de si, esta é uma análise relacional e integrativa que precisa de um método desconstrutivo para apresentar o processo de mediação. Ela pode tanto desmontar como remontar (de modo não agregativo) um evento ou experiência no interior de

³³ A noção de Bannerji de experiência está profundamente ligada ao trabalho de Dorothy Smith. Ver Smith (1987).

³⁴ A discussão clássica aqui é Hegel (1977, capítulo 1).

PREFÁCIO À EDIÇÃO DE 1983¹

Este projeto começou há mais de dez anos. Assim como muitas outras mulheres no final da década de 1960, meu compromisso com o emergente movimento de libertação das mulheres coincidiu com minha descoberta da teoria marxista. A princípio, pareceu a muitas de nós que a teoria marxista poderia simplesmente ser ampliada para abordar nossas preocupações enquanto militantes do movimento de libertação das mulheres. Reconhecemos prontamente que essa solução era demasiadamente mecânica e deixava muito a ser explicado. A teoria marxista que havíamos encontrado e o legado do trabalho socialista sobre a opressão das mulheres exigiram profunda transformação. Com essa percepção, algumas se afastaram inteiramente do marxismo. Outras persistiram na tentativa de usar a teoria marxista, visando agora desenvolver uma síntese “socialista-feminista” que transcenderia as inadequações da tradição socialista. Embora solidária a essa abordagem, continuei a perseguir o objetivo original de ampliar a teoria marxista, e rapidamente me deparei com a necessidade de examinar exatamente do que se trata a teoria marxista. Além

¹ Tradução: Lia Urbini.

disso, uma leitura cuidadosa dos principais textos do século XIX relativos à chamada Questão da Mulher deixou evidente que a tradição teórica é altamente contraditória. Nos últimos anos, tenho procurado enfrentar esses e outros problemas correlatos. Este livro é o resultado. Não surpreendentemente, sua ordem de apresentação acompanha o desenvolvimento do meu próprio pensamento sobre essas questões. Ou seja, o texto começa com uma avaliação da teoria socialista-feminista, passa por uma leitura crítica dos escritos do século XIX e termina com um tratamento teórico da opressão das mulheres que a situa no contexto da reprodução da sociedade como um todo. No decorrer do trabalho no livro, meu respeito pelos esforços feministas-socialistas para abordar a questão da opressão das mulheres se aprofundou. Mesmo assim, eu continuo convencida de que o reavivamento da teoria marxista, e não a construção de alguma síntese socialista-feminista, é o que oferece a melhor chance de fornecer orientação teórica nas próximas batalhas pela libertação das mulheres.

Quando comecei a trabalhar com o problema da opressão das mulheres, um texto de Marx me chamou a atenção. Ele comenta a relação entre ideologia religiosa e realidade social, e usa a sagrada família cristã como seu exemplo: “depois que a terrena família é revelada como o mistério da sagrada família, é a primeira que tem, então, de ser teórica e praticamente eliminada” (Marx, 1968, p. 29).² Pareceu-me que, com essas palavras, Marx também havia capturado a essência de uma compreensão histórico-materialista da experiência-família. De fato, os socialistas tentaram criticar, bem como revolucionar, “a família terrena” por mais de um século, embora com eficácia limitada. As condições que deram origem

² Esse texto era, de fato, uma revisão realizada em 1888 por Engels das notas de 1845 de Marx. Para uma discussão e uma tradução mais acurada da versão de 1888, ver adiante a nota 5 do capítulo 4.

ao atual movimento de libertação das mulheres finalmente, eu acho, produziram a possibilidade de uma crítica mais adequada e de uma verdadeira revolução. Mas possibilidades nunca são certezas. Já em 1971, Juliet Mitchell havia analisado o estado do movimento de libertação das mulheres em termos de uma batalha potencial entre libertacionistas com uma análise socialista de um lado e feministas com uma análise feminista radical de outro. A sugestão de caminho feita por ela à época permanece válida, acredito, até hoje:

Temos que desenvolver nossa consciência feminista ao máximo e, ao mesmo tempo, transformá-la, iniciando uma análise científico-socialista de nossa opressão. Os dois processos devem ocorrer simultaneamente – a consciência feminista não vai se desenvolver ‘naturalmente’ em socialismo, nem deveria: os dois são coextensivos e devem ser trabalhados em conjunto. Se simplesmente desenvolvermos a consciência feminista [...] não obteremos a consciência política, mas o equivalente ao nacional-chauvinismo entre as nações do Terceiro Mundo ou o economicismo entre as organizações da classe trabalhadora; simplesmente um olhar auto-dirigido que vê apenas o funcionamento interno de um segmento; apenas o interesse próprio desse segmento. A consciência política responde a todas as formas de opressão. (Mitchell, 1971, p. 93-94)

Meus esforços foram motivados precisamente pela necessidade de simultaneamente responder a todas as formas de opressão e decifrar o caráter específico da opressão às mulheres. À então chamada Questão da Mulher dou, portanto, uma resposta clara. Nas palavras do poema de Lillian Robinson (1975):

Mulheres?
Sim.

Vários artigos chegaram ao meu conhecimento tarde demais para serem incorporados ao texto. Eles são relevantes para os argumentos que apresento sobre o escopo limitado do conceito de patriarcado e os problemas inerentes ao paralelo traçado entre

sexo, raça e classe como fontes comparáveis de opressão. Trabalhos recentes em história social enfatizam que o conceito de patriarcado não é suficiente para explicar as ligações complexas entre a opressão das mulheres, a experiência familiar e a reprodução social. Dois estudos sobre o salário-família e sobre a segregação ocupacional por sexo são especialmente interessantes: May (1982) e Baron (1982). O problema dos paralelos entre diferentes opressões é levantado por diversos estudos que documentam a história das mulheres de cor e analisam as consequências específicas da opressão racial e nacional para as mulheres. Jacqueline Jones (1982, p. 235-269), por exemplo, mostra que as famílias escravizadas nas plantações dos EUA representaram uma arena de apoio, autonomia e resistência para a comunidade escravizada, ao mesmo tempo em que nutriu as sementes de relações familiares patriarcais posteriores. Bonnie Thornton Dill (1983, p. 131-150) analisa como a história de grupos oprimidos criou barreiras à participação social que afetam atualmente as mulheres desses grupos. Tais estudos lançam luz sobre as razões subjacentes à desconfiança geral das mulheres negras em relação ao movimento de mulheres contemporâneo, pois a ênfase feminista na analogia entre opressão sexual e racial e na irmandade tende a negar o caráter especial da opressão racial e nacional. Ao romper com o paralelismo simplista de sexo, raça e classe como fontes comparáveis de opressão, Jones, Thornton Dill e outras estabelecem as bases para uma orientação estratégica que responde às preocupações particulares das mulheres de cor. Feministas e socialistas devem, nas palavras de Thornton Dill, ir além “do conceito da irmandade como uma construção global baseada em suposições não examinadas sobre semelhanças [das mulheres]” se quiserem desenvolver estratégias de transformação social que possam unir as mulheres de forma mais consistente.

PREFÁCIO À EDIÇÃO BRASILEIRA¹

Estou muito feliz que meu livro *Marxism and the Oppression of Women: Toward a Unitary Theory* finalmente esteja sendo publicado em português. Espero que meu novo público leitor veja utilidade em suas perspectivas e argumentos.

Quem se dedicar à leitura desta tradução podem querer ter em mente o contexto histórico e político do livro. Originalmente publicado em 1983, ele é mais bem entendido como um artefato quase cinquentenário da década de 1970 norte-americana. Como tal, reflete a ingenuidade e a energia daquele tempo e lugar – bem como seu relativo isolamento dos desenvolvimentos do marxismo europeu. No entanto, o nível de interesse atual em meu trabalho, medido, por exemplo, pelos muitos pedidos de tradução, sugere que muito de seu valor permanece.

Em seu núcleo teórico, o livro contrastou duas abordagens distintas para compreender a opressão das mulheres. Uma, muitas vezes rotulada de “sistemas dual”, sugeria que sexo e classe eram sistemas distintos (ou pelo menos autônomos) por meio dos quais a posição das mulheres poderia ser com-

¹ Tradução: Lia Urbini.

preendida. A outra procurou localizar a opressão das mulheres dentro de uma compreensão marxista do funcionamento geral do capitalismo. Para descrever essa última abordagem, usei termos como “reprodução social geral”, “reprodução social como um todo”, e assim por diante. No entanto, nunca nomeei meu trabalho como parte de algo chamado “teoria da reprodução social”.

Da mesma forma, apenas uma vez, no subtítulo do livro, me referi à possibilidade de construção de uma “teoria unitária” – o termo “unitário” na verdade não aparece em nenhum outro lugar no texto. Foi só anos depois que outras pessoas começaram a se referir ao meu trabalho como contribuindo para o surgimento de uma linha de pensamento “unitária” chamada “teoria da reprodução social” (TRS). Na minha opinião, no entanto, esses vários novos usos dos termos “reprodução social” e “unitário” tornam nebulosa uma história complicada e contraditória dentro de múltiplas disciplinas que demanda esclarecimento.

O marxismo e a opressão às mulheres teve pouco impacto [originalmente]. Quando foi publicado, a maioria dos movimentos sociais das décadas anteriores estava em declínio, enquanto o movimento de mulheres começava a ganhar certa legitimidade. O “feminismo socialista (ou marxista)” nunca desapareceu completamente, mas diminuiu a intensidade de sua repercussão. Um pequeno fluxo de vendas continuou no mundo anglófono, incluindo Índia e África do Sul, e uma tradução turca pirata apareceu em 1990.

Enquanto isso, as abordagens de sistemas duplos se ramificaram nas análises da tripla opressão (classe, gênero e raça) e, depois, em interseccionalidade. Estas foram e são atrativas porque abordam a especificidade de diferentes experiências. Mas são teoricamente incoerentes.

Trinta anos após sua publicação original, uma edição ampliada de *Marxism and the Oppression of Women* saiu em capa dura pela Brill em 2013, e em papel convencional pela Haymarket. A reedição do livro foi apenas um sinal de uma mudança de contexto. Uma versão chinesa já havia aparecido em 2009, seguida por traduções em turco (2015), alemão (2019), romeno (2021), francês (2022), espanhol (no prelo) e português (2022) da edição revisada. Talvez o mais significativo, muitas das novas pessoas dedicadas à leitura e interpretação do livro parecem agora favorecer a teorização “unitária” (ou da “reprodução social”) em relação à perspectiva dos sistemas duais/tripla opressão/interseccionalidade.

Que lições podem ser aprendidas com essa história? Onde estamos e para onde devemos ir? Podemos desenvolver uma teoria e prática que seja simultaneamente feminista e marxista, bem como marxista e feminista? Foi isso que eu quis dizer quando conclamei no subtítulo do livro para que avançássemos em direção a uma teoria unitária? Deixo essas perguntas para a leitura atual. Ainda há muito trabalho a ser feito.